ELÓI MARTINS SENHORAS
(organizador)

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS

EDITORA

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Questões Contemporâneas

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Questões Contemporâneas

ELÓI MARTINS SENHORAS
(organizador)

BOA VISTA/RR
2026

Editora IOLE

Todos os direitos reservados.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.



EXPEDIENTE

Revisão
Elói Martins Senhoras
Geane Ribeiro Silva Monteiro

Capa
Alokike Gael Chloe Hounkonnou
Elói Martins Senhoras

Projeto Gráfico e Diagramação
Elói Martins Senhoras
Balbina Líbia de Souza Santos

Conselho Editorial
Abigail Pascoal dos Santos
Charles Pennaforte
Claudete de Castro Silva Vitte
Elói Martins Senhoras
Fabiano de Araújo Moreira
Julio Burdman
Marcos Antônio Fávaro Martins
Rozane Pereira Ignácio
Patrícia Nasser de Carvalho
Simone Rodrigues Batista Mendes
Vitor Stuart Gabriel de Pieri

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

Se70 SENHORAS, Elói Martins.

Relações Internacionais: Questões Contemporâneas. Boa Vista: Editora IOLE, 2026.

Série: Relações Internacionais. Editor: Elói Martins Senhoras.

ISBN: 978-65-979656-6-3

1 - Estudos de Caso. 2 - Mundo. 3 - Relações Internacionais. 4 - Teoria.
I - Título. II - Senhoras, Elói Martins. III - Relações Internacionais. IV - Série

CDD–327

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade da autora.
O presente livro contou com avaliação às cegas no sistema double-blind-review.



EDITORIAL

A editora IOLE tem o objetivo de divulgar a produção de trabalhos intelectuais que tenham qualidade e relevância social, científica ou didática em distintas áreas do conhecimento e direcionadas para um amplo público de leitores com diferentes interesses.

As publicações da editora IOLE têm o intuito de trazer contribuições para o avanço da reflexão e das práxis em diferentes áreas do pensamento e para a consolidação de uma comunidade de autores comprometida com a pluralidade do pensamento e com uma crescente institucionalização dos debates.

O conteúdo produzido e divulgado neste livro é de inteira responsabilidade dos autores em termos de forma, correção e confiabilidade, não representando discurso oficial da editora IOLE, a qual é responsável exclusivamente pela editoração, publicação e divulgação da obra.

Concebido para ser um material com alta capilarização para seu potencial público leitor, o presente livro da editora IOLE é publicado nos formatos impresso e eletrônico a fim de propiciar a democratização do conhecimento por meio do livre acesso e divulgação das obras.

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

(Editor Chefe)

Copyright © Editora IOLE
2026

CAPÍTULO 7

Análise da Formação do Profissional de Relações Internacionais na Região Sudeste do Brasil: Desafios e Perspectivas para uma Nova Era Digital

ANÁLISE DA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS NA REGIÃO SUDESTE DO BRASIL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA UMA NOVA ERA DIGITAL

Edmir Kuazaqui[1]

Marcos Antonio de Araújo Ventura[2]

Roberto Kanaane[3]

A formação do profissional de Relações Internacionais (RI) no Brasil tem passado por transformações significativas nas últimas décadas, refletindo as mudanças na conjuntura global e nas exigências do mercado de trabalho. Desde a criação do primeiro curso de graduação na área, em 1974, na Universidade de Brasília (UnB) (RIBEIRO; KATO; REINER, 2013), os programas acadêmicos têm adotado uma abordagem multidisciplinar, incorporando disciplinas de política internacional, economia, direito e gestão. No entanto, a crescente complexidade das relações internacionais e a diversificação das oportunidades profissionais requerem um alinhamento mais preciso entre a formação acadêmica e as competências demandadas por diferentes setores, incluindo o diplomático, o corporativo e o terceiro setor.

[1] Professor da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM). Doutor em Administração pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. E-mail: ekuazaqui@uol.com.br

[2] Professor da Universidade Cidade de São Paulo (UNICID). Doutor em Administração pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. E-mail para contato: marcos_ventura@uol.com.br

[3] Professor da Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo (FATECSP). Doutor em Ciências pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail para contato: kanaanhe@gmail.com

Tem-se como problema de pesquisa investigar se as Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras, em especial na região Sudeste, estão estruturando a formação em Relações Internacionais para atender às demandas do mercado de trabalho? O estudo adota como objetivo central analisar a formação acadêmica por meio das grades curriculares dos cursos de bacharelado em Relações Internacionais e sua compatibilidade com as exigências do mercado de trabalho internacionalizado.

A formação acadêmica do profissional de Relações Internacionais tem se tornado um tema de crescente interesse diante das transformações políticas, econômicas e tecnológicas do mundo globalizado, envolvendo inclusive a presença da inteligência artificial e outras tecnologias disruptivas na diplomacia e nas relações internacionais, enfatizando a necessidade de desenvolver capacidades de negociação adaptadas ao ambiente digital (SELA, 2023), além de habilidades e competências desejáveis que necessitam constar nas diretrizes curriculares nacionais dos cursos de Relações Internacionais, destacadas por Furtado (2019).

REFERENCIAL TEÓRICO

Contextualização do Ambiente de Negócios

A crescente interdependência entre os Estados, a dinamicidade do cenário internacional e a complexidade dos desafios globais impõem exigências cada vez maiores aos profissionais que atuam nesse campo. Nesse contexto, as Instituições de Ensino Superior (IES) desempenham um papel relevante na formação de especialistas aptos a compreender e intervir nas dinâmicas internacionais, abrangendo áreas como diplomacia,

comércio exterior, segurança internacional e direitos humanos. Conforme apontam Gereffi, Humphrey e Sturgeon (2005), em sua análise sobre as cadeias globais de valor, a estruturação e a governança dessas cadeias influenciam diretamente as competências demandadas de profissionais que atuam em mercados internacionais, destacando a necessidade de uma formação alinhada às exigências do ambiente globalizado.

Diante disso, o ensino e a pesquisa em teoria das Relações Internacionais no Brasil, apresentam desafios e tendências específicos, onde a ausência de diretrizes curriculares nacionais específicas para o curso de Relações Internacionais e a diversidade de abordagens adotadas pelas diferentes instituições resultam em uma formação heterogênea, o que pode impactar de maneira desfavorável a empregabilidade dos egressos e sua capacidade de atuar de forma eficaz em um ambiente competitivo.

O campo de atuação do profissional de Relações Internacionais é vasto e multidisciplinar, abrangendo setores públicos e privados, organizações internacionais, consultorias e pesquisa acadêmica. A formação desse profissional permite a aplicação de seus conhecimentos em distintos contextos, nos quais a compreensão de dinâmicas globais, análise de cenários políticos e econômicos e habilidades de negociação são fundamentais. A seguir, tem-se as principais áreas de atuação do internacionalista.

No setor privado, multinacionais demandam especialistas em relações institucionais e governamentais, diplomacia empresarial e estratégias de internacionalização, onde desenvolvem análises de mercado, promoção comercial e assessoram negociações internacionais, especialmente em contextos instáveis. Gerenciam riscos operacionais e institucionais em mercados adversos, assegurando a sustentabilidade de operações globais. Atuam na formulação de soluções de crises institucionais e de imagem

corporativa, assessoria parlamentar e representação de interesses privados junto ao setor público.

Nos organismos internacionais, há oportunidades na gestão de projetos e avaliação de políticas globais. Instituições como a Organização das Nações Unidas (ONU), *United Nations Children´s Fund* (UNICEF), *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO), Alto Comissiariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e Organização Mundial da Saúde (OMS) contratam especialistas para monitoramento de dados, relatórios e ações humanitárias. Organizações econômicas como o Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Banco dos BRICS demandam análises de mercado, financiamento de projetos e regulação comercial. A OMC também oferece vagas na resolução de disputas e formulação de políticas de comércio internacional.

Na área de marketing e comunicação, internacionalistas atuam na cobertura de eventos globais em jornais, blogs e TV, além de assessoria para governos, organismos e empresas. A gestão de imagem e *media training* de marcas, governos e indivíduos exige habilidades em diplomacia pública e gestão de crises reputacionais. No setor financeiro, são responsáveis pela análise de riscos em bancos, bolsas e fundos de investimento. Também gerenciam relações institucionais com *stakeholders* internacionais e se comunicam com clientes e acionistas estrangeiros.

A carreira acadêmica e a pesquisa constituem um dos caminhos mais tradicionais para o internacionalista, seja em instituições públicas, como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Banco Central e o BNDES, sejam em universidades e centros de pesquisa no Brasil e no exterior. Nessa vertente, o profissional pode se dedicar a estudos sobre política internacional, comércio exterior, segurança global, direitos

humanos, entre outros temas fundamentais para a compreensão das dinâmicas do sistema internacional.

A partir desse panorama, evidencia-se que a formação em Relações Internacionais requer do profissional uma combinação de competências técnicas, analíticas e interpessoais para lidar com os desafios impostos pelo cenário global contemporâneo, aspectos abordados por Maia (2020).

A literatura sobre a formação em Relações Internacionais no Brasil enfatiza o caráter interdisciplinar dos cursos, que integram áreas do conhecimento como ciência política, economia, direito e administração. Estudos clássicos, como o de Caligiuri *et al*. (1998), e pesquisas mais recentes, como as de Aguzzoli *et al*. (2024), analisam fatores determinantes para o sucesso profissional em contextos internacionais, destacando, por exemplo, o impacto da adaptação familiar na mobilidade internacional de profissionais. Além disso, abordagens contemporâneas buscam oferecer uma perspectiva integrada dos fenômenos internacionais, capacitando os estudantes para atuar em diferentes contextos e setores profissionais.

A formação acadêmica nem sempre está alinhada às exigências do mercado de trabalho. Há uma discrepância entre as habilidades ensinadas nos cursos de graduação e aquelas demandadas por empregadores, especialmente no setor privado. Enquanto as universidades enfatizam a teoria e a pesquisa, o mercado valoriza competências práticas, como negociação, gestão de projetos e análise de risco.

Outro aspecto abordado na literatura é a importância das *soft skills* para os profissionais de RI. Estudos indicam que habilidades interpessoais, como comunicação eficaz, pensamento crítico e adaptabilidade, são essenciais para o reconhecimento profissional na área, conforme Costa (2014) aborda, de forma quantitativa, em sua escala de percepção de sucesso na carreira – EPSC. No entanto,

muitos cursos ainda priorizam o desenvolvimento de conhecimentos teóricos em detrimento dessas competências transversais.

A formação em RI no Brasil difere daquela oferecida em outros países, onde há maior ênfase na experiência prática por meio de estágios e programas de simulação. Essas diferenças levantam questionamentos sobre a competitividade dos egressos brasileiros no mercado global.

Evidencia-se, portanto, a necessidade de um debate mais aprofundado sobre a adequação dos currículos de Relações Internacionais (RI) às demandas contemporâneas, bem como sobre a internacionalização do ensino, cuja abordagem varia significativamente entre diferentes contextos nacionais, institucionais e disciplinares. Esse processo tem o potencial de impulsionar inovações disruptivas na internacionalização do ensino superior, conforme destacado por Whitsed (2024). Partindo dessas reflexões, o presente estudo busca contribuir para a compreensão dessa relação e propor estratégias para o aprimoramento da formação do profissional de Relações Internacionais no Brasil.

Representatividade da Região Sudeste no contexto de Comércio Exterior Brasileiro

Analisando a Corrente de Comércio Exterior Brasileiro em 2024, sua composição é representada pela soma das exportações e importações, atingiu US$ 599.43 bilhões. As exportações somaram US$ 337,03 bilhões, enquanto as importações totalizaram US$ 262,4 bilhões, resultando em um *superavit* comercial de US$ 74,5 bilhões, conforme o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (2024). O desempenho das exportações foi influenciado pela queda nos preços e volumes de *commodities* como soja, milho

e minério de ferro. Por outro lado, as importações aumentaram devido à recuperação econômica e ao aumento da demanda por bens de capital (REUTERS, 2024).

A região Sudeste desempenha um papel relevante na corrente de comércio exterior do Brasil, concentrando uma significativa parcela das exportações e importações do país. Em 2024, os estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo contribuíram substancialmente para esses fluxos comerciais.

São Paulo liderou as exportações, com destaque para produtos manufaturados como veículos automotores, máquinas e equipamentos. Minas Gerais contribuiu com exportações de minérios, especialmente ferro e níquel. O Rio de Janeiro teve um aumento nas exportações de petróleo bruto, enquanto Espírito Santo se destacou na exportação de celulose e papel.

Nas importações, São Paulo novamente liderou, recebendo bens de capital, químicos e eletrônicos. Minas Gerais importou principalmente produtos químicos e equipamentos industriais. O Rio de Janeiro concentrou-se na importação de combustíveis e produtos petroquímicos, enquanto Espírito Santo importou principalmente máquinas e equipamentos para a indústria de celulose, conforme o MDIC (2025).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A formação do profissional de Relações Internacionais é um tema de grande relevância no contexto atual, especialmente em um mundo cada vez mais interconectado. As Instituições de Ensino Superior (IES) têm um papel fundamental na preparação desses profissionais, mas é necessário avaliar se a grade curricular e as

atividades complementares oferecidas estão adequadas às demandas do mercado de trabalho brasileiro.

A pergunta norteadora deste estudo refere-se a "Como as Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras estão estruturando a formação em Relações Internacionais para atender às demandas do mercado de trabalho?". O objetivo principal é analisar a formação acadêmica em Relações Internacionais oferecida pelas IES da região Sudeste e sua compatibilidade com as necessidades do mercado de trabalho brasileiro. Como objetivos secundários, têm-se a identificação os principais conteúdos abordados nas grades curriculares das IES da região Sudeste, avaliar a eficácia das metodologias ativas utilizadas no ensino, examinar a relevância das atividades complementares para a formação discente e propor recomendações de intervenções que possam alinhar a formação acadêmica às exigências do mercado de trabalho brasileiro e dos desafios da nova realidade digital, envolvendo tecnologias disruptivas.

Este estudo utiliza método qualitativo comparativo com apoio de ferramentas de PLN (Processamento de Linguagem Natural) para análise semântica das ementas disponíveis de quatro cursos: USP, UNESP, UFU e UFMG. As dimensões analíticas consideradas foram: (1) perfil de competências; (2) abordagem regional vs. global; (3) ênfase teórica vs. prática; (4) inserção de tecnologia e inovação; e (5) sustentabilidade e ESG. A análise envolveu classificação temática, pontuação qualitativa (1 a 5) e geração de visualizações comparativas e a análise dos metadados por especialistas. Para comparar e analisar as ementas de cursos de Relações Internacionais de diferentes instituições de ensino superior, especialmente com foco em identificação de padrões, lacunas, redundâncias e alinhamento com competências de mercado, propõem-se utilizar uma combinação de ferramentas de PLN com funcionalidades específicas para análise textual que potencializam a

Lei de Ripf (PINTO *et al*., 2015) e metodologicamente alinhada com a abordagem de Brinkmann e Kvale (2015).

Quanto ao universo e amostra considerados, no Brasil, conforme o Ministério da Educação e Cultura (2025), existem 168 cursos de graduação em Relações Internacionais, distribuídos entre cursos presenciais e a distância. Desses, 141 são presenciais, correspondendo a aproximadamente 84% do total, e 27 são oferecidos na modalidade a distância, representando 16% dos cursos disponíveis.

No que se refere às áreas de conhecimento, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) recomendam uma abordagem interdisciplinar, abrangendo campos essenciais como Ciências Sociais e Humanas — com ênfase em Teoria das Relações Internacionais, Política Internacional, Direito Internacional, Economia Internacional, História das Relações Internacionais e Geopolítica —, além de conteúdos em Linguística e Idiomas, Tecnologias e Análise de Dados, e Cultura e Sociedade. Essa estrutura visa garantir uma formação ampla e crítica, capaz de contextualizar as dinâmicas internacionais sob diferentes prismas.

As diretrizes também destacam a importância da adoção de metodologias ativas de ensino, as quais favorecem a aprendizagem significativa e o desenvolvimento de competências aplicadas. Entre os métodos recomendados estão estudos de caso, simulações de negociação, projetos interdisciplinares, aprendizagem baseada em problemas (PBL), aulas expositivas dinâmicas e debates estruturados.

Complementando a formação, as atividades extracurriculares assumem papel estratégico na consolidação de competências práticas. As DCNs incentivam a realização de estágios curriculares, participação em conferências e simulações, cursos de formação complementar, atividades de pesquisa e extensão, bem como

programas de intercâmbio e mobilidade acadêmica. Essas experiências contribuem para uma formação integral, articulando saberes teóricos e práticos em consonância com as demandas do mercado e os desafios da atuação internacional.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este artigo analisa a formação do profissional de Relações Internacionais no Brasil por meio de uma comparação dos currículos disponíveis entre quatro cursos representativos: USP, UNESP, UFU e UFMG. A partir da estruturação das ementas e do uso de técnicas de processamento de linguagem natural (PLN) e visualizações analíticas, foram examinadas cinco dimensões: perfil de competências, abordagem regional vs. global, ênfase teórica vs prática, inserção de tecnologia e inovação, e a presença de temas ligados à sustentabilidade e ESG. Os resultados indicam convergências na formação teórica, mas também revelam diferenças significativas quanto à prática profissionalizante e à atualização frente aos desafios contemporâneos.

A formação em Relações Internacionais no Brasil tem passado por significativas transformações, impulsionadas por mudanças no cenário internacional, pela evolução do mercado de trabalho e pelo avanço das tecnologias disruptivas. Com uma demanda crescente por profissionais capacitados para atuar em contextos globais, torna-se essencial refletir sobre a adequação dos currículos acadêmicos às novas exigências. O estudo busca analisar, comparativamente, como diferentes Instituições de Ensino Superior (IES) estruturam seus cursos de forma a desenvolver competências essenciais para o profissional de RI.

A literatura destaca a natureza interdisciplinar da área de Relações Internacionais, que integra campos como a ciência política, economia, direito e história. Autores como Caligiuri *et al*. (1998) e Gereffi *et al*. (2005) apontam para a importância das competências interculturais, analíticas e de negociação. Recentemente, estudos como Whitsed (2024) têm enfatizado a necessidade de internacionalização curricular e a inclusão de temas como tecnologia, sustentabilidade e formação por competências. As dimensões analíticas aprofundadas nesta pesquisa são, conforme Quadro 1.

Quadro 1 – Dimensões Analíticas das ementas dos cursos de RI

Dimensão	Discussão
Perfil de competências	Habilidades desenvolvidas: analíticas, interculturais, técnicas
Abordagem regional vs. global	Foco em estudos de área, América Latina, globalização etc.
Ênfase teórica vs. prática	Presença de metodologias aplicadas, simulações, projetos
Tecnologia e Inovação	Presença de conteúdos sobre tecnologia, IA, cibersegurança
Sustentabilidade e ESG	Disciplinas voltadas a meio ambiente, cooperação e justiça global

Fonte: Elaboração própria.

Análise comparativa – Dimensões analíticas dos cursos de Relações Internacionais

Esta pesquisa apresenta uma análise comparativa dos cursos de Relações Internacionais e Relações Econômicas Internacionais ofertados. A comparação foi estruturada a partir de cinco dimensões

analíticas: perfil de competências, abordagem regional vs global, ênfase teórica vs prática, tecnologia e inovação, e sustentabilidade e ESG, conforme Quadro 2.

Quadro 2 - Análise comparativa das dimensões analíticas dos cursos de Relações Internacionais

Dimensão analítica	USP	UNESP	UFU	UFMG
Perfil de competências	Forte base teórica, competências analíticas e políticas, menor ênfase prática	Forma profissionais com base sólida em teoria e segurança internacional	Perfil voltado à atuação estratégica e prática, destaque para negociação e comércio	Foco em competências econômicas, analíticas e diplomáticas, integração público / privado
Abordagem regional vs. global	Predominância global, com menor foco em estudos regionais específicos	Abordagem regional bem desenvolvida (América Latina, estudos de área)	Inclui múltiplos estudos regionais e cenários internacionais	Combina regionalismo latino-americano com abordagens de conjuntura global
Ênfase teórica vs. prática	Ênfase teórica marcante, prática ainda limitada	Equilíbrio entre teoria e prática; disciplinas aplicadas aparecem com frequência	Ênfase prática forte: comércio, diplomacia, segurança e extensão	Integra teoria e prática com disciplinas aplicadas (estatística, extensão, negociação)
Tecnologia e Inovação	Pouca presença explícita de temas ligados a tecnologias	Inovações metodológicas limitadas; foco tradicional	Disciplinas como 'Estudos Estratégicos' e 'Negociações internacionais' abordam temas aplicados	Inclui economia digital, cenários, estatística e finanças – bom potencial para inovação
Sustentabilidade e ESG	Temas como meio ambiente e desenvolvimento aparecem de forma pontual	Inclusão de desenvolvimento e direitos humanos, mas ESG como conceito ausente	Há abordagem sobre meio ambiente e geopolítica, mas ESG aparece de forma indireta	Ainda que não trate ESG diretamente, aborda desenvolvimento, ética e políticas públicas

Fonte: Elaboração própria.

A análise evidencia que todos os cursos oferecem uma base sólida em teoria das Relações Internacionais e em conteúdos clássicos como economia, direito e política externa. No entanto, há diferenciações relevantes entre eles. A USP mantém um viés fortemente teórico e globalizante, enquanto a UNESP equilibra teoria e prática com ênfase regional. A UFU se destaca por sua orientação prática e estratégica, especialmente em comércio e segurança. Já a UFMG apresenta uma formação econômica integrada à diplomacia, com atenção à análise conjuntural e extensão universitária. Em termos de inovação tecnológica e ESG, as quatro instituições ainda apresentam potencial de desenvolvimento, embora a UFMG e a UFU já demonstrem avanços pontuais.

A análise textual qualitativa das ementas evidencia diferenças significativas na forma como os cursos de Relações Internacionais da USP, UNESP, UFU e UFMG abordam determinados temas centrais contemporâneos, cuja presença e aprofundamento variam consideravelmente entre as instituições. Os temas selecionados — Tecnologia, Negociação, Comércio Exterior, Desenvolvimento, Geopolítica e Política Externa — apresentaram os maiores índices de variação, revelando enfoques pedagógicos distintos e prioridades curriculares diversas.

No que se refere à tecnologia, a USP não apresenta conteúdos estruturados voltados à inovação ou à aplicação tecnológica nas Relações Internacionais, reforçando seu perfil tradicional e teórico. A UNESP aborda o tema de forma incipiente, geralmente em contextos metodológicos. Já a UFU e, sobretudo, a UFMG demonstram maior atenção ao tema, integrando-o às disciplinas de análise de cenários, economia aplicada e extensão universitária, refletindo um esforço de atualização frente às transformações digitais que impactam a área.

O tema da negociação internacional também apresenta forte variação. Enquanto na USP a abordagem é marginal, com ausência

de disciplinas dedicadas à prática negocial, a UNESP incorpora o tema em disciplinas específicas, principalmente em contextos regionais. A UFU destaca-se por uma forte ênfase em estratégias diplomáticas e negociação aplicada, enquanto a UFMG apresenta um enfoque prático consistente, incluindo conteúdos sobre arbitragem internacional.

Em relação ao comércio exterior, observa-se uma lacuna na USP, que pouco se dedica a essa temática. A UNESP apresenta uma abordagem intermediária, vinculando o comércio a processos regionais de integração. Em contraste, UFU e UFMG conferem tratamento aprofundado ao tema, com disciplinas específicas que articulam comércio internacional, finanças e políticas econômicas externas.

O tema do desenvolvimento é abordado de forma mais consistente na UNESP, cuja matriz curricular valoriza perspectivas críticas e regionais. Na UFU, o desenvolvimento é tratado em articulação com segurança e cooperação internacional, enquanto a UFMG o conecta a políticas públicas e à economia política internacional. A USP, por sua vez, demonstra uma abordagem limitada, sem ênfase significativa em perspectivas críticas de desenvolvimento.

A análise da abordagem da geopolítica mostra novamente a USP com um tratamento mais teórico e institucionalizado, desvinculado de aplicações práticas. A UNESP articula o tema com a realidade latino-americana, enquanto UFU e UFMG o integram de forma mais aplicada e estratégica, especialmente em articulação com segurança, cenários internacionais e política externa ativa.

Por fim, o tema da política externa é tratado com maior equilíbrio. A USP adota uma perspectiva analítica tradicional, centrada na política externa brasileira. A UNESP equilibra teoria e análise conjuntural, enquanto UFU e UFMG oferecem abordagens

mais integradas, conectando a política externa aos temas de segurança, economia e diplomacia contemporânea.

Em síntese, os dados qualitativos revelam dois grandes perfis formativos: de um lado, a USP mantém um modelo teórico-clássico com menor inserção prática; de outro, UFU e UFMG avançam na integração de conteúdos aplicados, tecnológicos e estratégicos. A UNESP posiciona-se como intermediária, com boa articulação entre tradição e regionalismo crítico. Essas distinções são relevantes para compreender o alinhamento — ou a distância — entre os currículos analisados e as competências requeridas no atual cenário global.

Temas centrais mais recorrentes e lacunas nas ementas dos cursos de RI

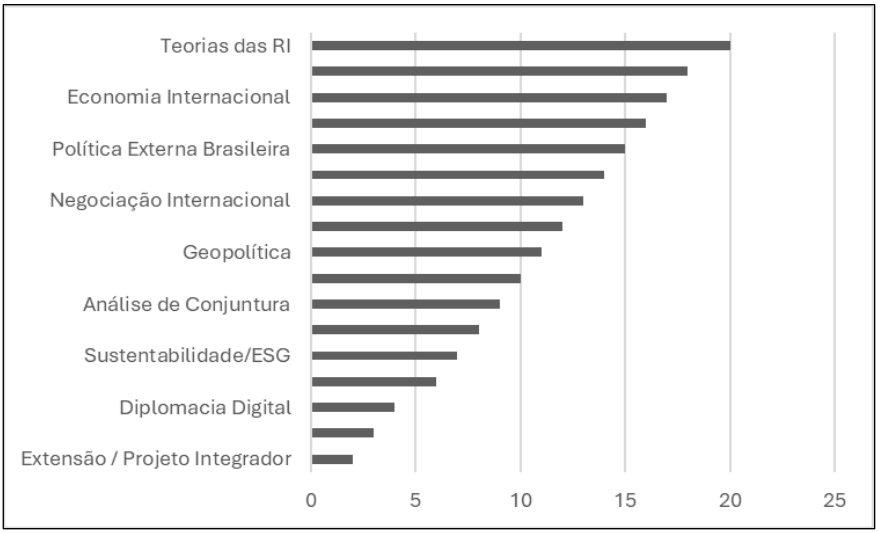
O Gráfico 1, apresentado a seguir, ilustra os temas centrais mais recorrentes nas ementas dos cursos de Relações Internacionais analisados, com base na frequência total agregada entre as instituições USP, UNESP, UFU e UFMG.

Essa representação permite identificar os conteúdos com maior incidência nos projetos pedagógicos, evidenciando o núcleo temático comum às formações, bem como as áreas menos exploradas, que podem representar potenciais lacunas curriculares.

A análise da frequência total dos temas abordados nas ementas dos cursos revelou que os conteúdos mais recorrentes são Teoria das Relações Internacionais, História, Direito Internacional, Economia Internacional e Política Externa. Esses elementos compõem o núcleo teórico comum das formações em Relações Internacionais, evidenciando uma base conceitual sólida compartilhada entre as instituições analisadas. Por outro lado, temas como Tecnologia e Desenvolvimento apresentam menor incidência

nas matrizes curriculares, o que sugere uma ênfase ainda limitada em aspectos relacionados à inovação, à transformação digital e às abordagens críticas de desenvolvimento regional. Essa discrepância aponta para possíveis lacunas formativas e indica oportunidades de atualização curricular em consonância com as demandas contemporâneas da área.

Gráfico 1 – Temas centrais mais recorrentes nas ementas dos cursos de RI



Fonte: Elaboração própria.

A análise comparativa das ementas revelou a existência de importantes lacunas temáticas nos currículos dos cursos de Relações Internacionais, mesmo entre instituições de reconhecida excelência acadêmica. Tais lacunas não apenas refletem uma desatualização frente aos desafios contemporâneos do cenário global, como também indicam uma possível desconexão entre a formação ofertada e as

competências exigidas no mercado de trabalho e na agenda internacional emergente.

Um dos pontos mais evidentes é a baixa inserção de conteúdos relacionados à tecnologia e inovação. A ausência de disciplinas voltadas à transformação digital, inteligência artificial, *big data*, diplomacia digital ou cibersegurança evidencia uma defasagem preocupante, especialmente considerando a crescente influência das tecnologias emergentes na diplomacia, no comércio internacional e na governança global.

A negociação internacional, embora central para a atuação prática do profissional da área, também aparece de forma marginal em alguns cursos, como na USP e, em menor grau, na UNESP. Apenas UFU e UFMG demonstram abordagens mais consistentes sobre o tema, indicando que ainda há um descompasso entre o currículo tradicional e as habilidades interpessoais e estratégicas demandadas em ambientes multilaterais.

Outro ponto de atenção refere-se ao comércio exterior, que é subexplorado em boa parte dos cursos, limitando a formação de internacionalistas aptos a atuar com operações internacionais, análise de mercado global e políticas comerciais. Essa ausência se mostra especialmente crítica diante do papel central do comércio exterior na economia brasileira e na atuação internacional de empresas e governos.

A sustentabilidade e a agenda ESG são quase inexistentes nas ementas, o que contrasta com o destaque que essas temáticas vêm ganhando no plano internacional e nos setores público e privado. A falta de disciplinas dedicadas a questões socioambientais globais, responsabilidade corporativa e governança sustentável representa uma lacuna estratégica que pode comprometer a empregabilidade dos egressos em setores-chave da economia contemporânea.

Temas como diplomacia econômica e financeira, prospecção de cenários e inteligência internacional aparecem de maneira isolada, com maior incidência apenas na UFMG. Essas competências são essenciais para a análise de riscos, a tomada de decisões estratégicas e a atuação em organismos internacionais ou *think tanks*, o que reforça a necessidade de sua incorporação sistemática nas matrizes curriculares.

Outro vazio significativo diz respeito aos direitos digitais e à governança da internet, temas ausentes em todos os cursos, apesar da crescente importância da regulação tecnológica, da proteção de dados e das disputas digitais no cenário internacional. A ausência dessa dimensão pode comprometer a formação de profissionais preparados para lidar com as novas configurações do poder global.

Adicionalmente, observa-se um enfoque regional limitado, concentrado majoritariamente na América Latina e em alguns casos na Europa, com baixa presença de estudos voltados para a Ásia e a África. Essa lacuna restringe a compreensão de dinâmicas geopolíticas emergentes e limita a formação para contextos multilaterais mais amplos e diversos.

Embora haja iniciativas relevantes de extensão universitária em cursos como os da UFU e UFMG, nota-se a ausência de articulações metodológicas consistentes em outras instituições, o que compromete a integração entre teoria e prática e enfraquece a experiência formativa no campo.

Observa-se inclusive, observa-se uma omissão recorrente de temas ligados à diversidade, como relações internacionais e questões de gênero e raça. A ausência de abordagem interseccional nas ementas sugere a manutenção de uma visão ainda eurocêntrica e pouco sensível às desigualdades estruturais que atravessam o sistema internacional.

Em síntese, os dados apontam para a necessidade urgente de atualização e diversificação curricular nos cursos de Relações Internacionais, de modo a ampliar a aderência entre a formação acadêmica e as complexas demandas do século XXI. A superação dessas lacunas é fundamental para garantir a formação de profissionais mais completos, críticos e preparados para atuar em contextos globais dinâmicos, desiguais e tecnologicamente transformados.

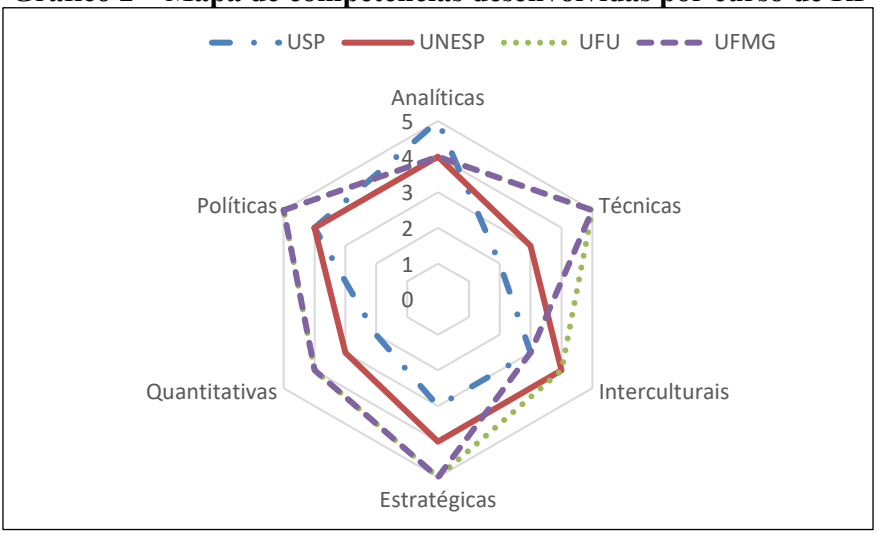
Mapa de competências por curso de Relações Internacionais

O Gráfico 2 apresenta um radar comparativo das competências formativas desenvolvidas nos cursos de Relações Internacionais das instituições. A construção do mapa de competências, no âmbito da análise curricular, foi realizada com base em uma abordagem qualitativa e indutiva fundamentada na análise de conteúdo das ementas disciplinares. A metodologia adotada seguiu três etapas principais: (1) definição das dimensões de competências, (2) extração e categorização dos conteúdos das ementas, e (3) atribuição de intensidade às competências identificadas.

A interpretação dos dados obtidos revela diferenças significativas entre os perfis curriculares das instituições analisadas, refletindo distintos enfoques pedagógicos e prioridades formativas. Os cursos da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) se destacam por apresentarem um maior equilíbrio entre formação teórica e prática, além de uma incorporação mais expressiva de componentes relacionados à inovação, como disciplinas voltadas à tecnologia, negociação internacional e atividades de extensão. Esses elementos

conferem aos cursos um perfil mais dinâmico e alinhado às exigências do mercado contemporâneo.

Gráfico 2 – Mapa de competências desenvolvidas por curso de RI



Fonte: Elaboração própria.

A Universidade Estadual Paulista (UNESP) evidencia uma forte ênfase em abordagens regionais, com destaque para conteúdos voltados ao desenvolvimento, à integração latino-americana e às dinâmicas sociais locais. Além disso, apresenta um desempenho consistente no desenvolvimento de competências diversas, demonstrando um projeto pedagógico que busca articular criticamente os fundamentos teóricos da área com sua aplicação em contextos geopolíticos específicos.

Por outro lado, o curso da Universidade de São Paulo (USP) mantém um perfil eminentemente teórico e globalizante, com foco na consolidação conceitual das Relações Internacionais. Embora

essa abordagem reforce a excelência acadêmica e o aprofundamento analítico, nota-se menor ênfase em componentes de natureza prática e tecnológica, o que pode limitar a formação para contextos profissionais mais aplicados e multifuncionais.

Essas distinções, evidenciadas por meio das análises semânticas e representações visuais, demonstram a coexistência de diferentes modelos curriculares, refletindo tanto a diversidade institucional quanto os diferentes entendimentos sobre o papel formativo do curso de Relações Internacionais no Brasil contemporâneo.

Resultados e discussão das análises das grades curriculares

A análise comparativa entre os cursos de Relações Internacionais da USP, UNESP, UFU e UFMG revela a coexistência de diferentes modelos formativos no ensino superior brasileiro. Essa diversidade é positiva, pois permite a adaptação dos currículos a perfis institucionais e regionais distintos. No entanto, a discrepância entre os níveis de inserção de práticas formativas contemporâneas, como competências digitais, negociação internacional e sustentabilidade, aponta para uma necessidade de revisão pedagógica em algumas instituições.

Cursos com maior inserção prática e tecnológica, como os da UFU e UFMG, demonstram maior aderência às novas exigências do mercado de trabalho global, enquanto os cursos com foco mais teórico, como o da USP, mantêm excelência acadêmica, mas podem sinalizar a necessidade de atualizações frente aos novos paradigmas profissionais. O mapeamento das competências desenvolvidas reforça essa conclusão, indicando que os cursos com maior

equilíbrio entre teoria e prática são também aqueles que mais avançam em inovação curricular.

A análise das ementas evidencia uma forte convergência entre os cursos quanto à formação teórica e aos fundamentos clássicos das Relações Internacionais, com destaque para a presença consistente de disciplinas relacionadas às teorias das RI, à história das relações internacionais, ao direito internacional e à economia. Esses componentes estruturam o núcleo comum da formação, indicando uma base sólida e amplamente compartilhada entre as instituições.

Contudo, observa-se uma diferenciação significativa em termos de abordagem metodológica, foco temático e integração de competências contemporâneas. O curso da Universidade de São Paulo (USP) apresenta um perfil marcadamente teórico-acadêmico, com ênfase em conteúdos conceituais e de alcance global. Essa orientação, embora assegure profundidade analítica, revela baixa inserção de componentes voltados à prática profissional, à inovação tecnológica e ao regionalismo, o que limita sua conexão direta com as demandas do mercado de trabalho e da realidade nacional.

A Universidade Estadual Paulista (UNESP), por sua vez, demonstra um equilíbrio mais expressivo entre teoria e prática, com boa presença de estudos regionais e enfoque em dinâmicas sociais e políticas latino-americanas. Seu projeto pedagógico adota uma abordagem metodológica mais tradicional, mas sensível a questões de desenvolvimento e contexto regional.

O curso da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) se distingue por sua formação voltada à prática e à estratégia, incorporando de maneira efetiva disciplinas vinculadas à negociação internacional, segurança e atividades de extensão universitária. Esse perfil sugere um esforço de alinhamento entre o conteúdo acadêmico e a aplicabilidade profissional, com foco na formação de

internacionalistas aptos a atuar em contextos complexos e dinâmicos.

Por fim, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) apresenta um modelo de formação que busca integrar economia, diplomacia e análise de conjuntura, apresentando também avanços significativos na inserção de conteúdos relacionados à inovação tecnológica. Seu desempenho consistente em todas as dimensões analisadas indica uma proposta curricular ampla e atualizada, compatível com os desafios contemporâneos da área.

Resultados e discussão das entrevistas

As entrevistas de profundidade, realizadas com profissionais e docentes da área, seguiram o roteiro a seguir, em um método alinhado com Brinkmann e Kvale (2015).

Quanto à primeira questão, tem-se que a elaboração das ementas dos cursos de Relações Internacionais é influenciada por três vetores principais: o perfil institucional, o contexto regional e a inserção de práticas contemporâneas. A USP adota uma abordagem teórica e acadêmica, enquanto UFU e UFMG priorizam conteúdos aplicados e alinhados ao mercado. A UNESP valoriza a dimensão regional latino-americana, conferindo especificidade à formação. A inclusão de temas como inovação, sustentabilidade e letramento digital — mais presentes na UFMG e UFU — evidencia o grau de atualização dos cursos frente às demandas do cenário internacional contemporâneo.

Quanto à segunda questão, levantou-se que a análise das ementas dos cursos de Relações Internacionais revela que sua estrutura é influenciada por quatro componentes principais: teóricos, práticos, regionais e tecnológicos. Todos os cursos mantêm uma

base teórica sólida, mas a UFU e a UFMG se destacam por integrar práticas como negociação internacional e análise de conjuntura, favorecendo a empregabilidade. A UNESP valoriza o componente regional, com foco na América Latina, promovendo contextualização local. Já os conteúdos tecnológicos são pouco presentes, exceto na UFMG, que tendem a abordar inovação digital e diplomacia digital. A ausência de equilíbrio entre esses componentes compromete a preparação para os desafios atuais da profissão.

Quadro 3 – Roteiro das entrevistas

Questão 01 - Considerando as ementas do curso de Relações Internacionais desenvolvidas pelas Universidades: USP, UNESP, UFU, UFMG, que fatores influenciam a elaboração das respectivas ementas?
Questão 02 - A partir dos componentes: teóricos, práticos, regionais e tecnológicos, presentes na elaboração do curso de Relações Internacionais, destacar os impactos na construção das ementas.
Questão 03 - Comente sobre os projetos pedagógicos e a interface com o processo formativo dos Profissionais de Relações Internacionais.
Questão 04 - O momento atual, século XXI, vem requerendo a necessidade de aquisição do Letramento Digital como competência estratégica na atuação dos Profissionais de Relações Internacionais. Em que medida os programas do Curso de Relações Internacionais vêm incorporando tais tendências?
Questão 05 - Qual o papel da interdisciplinaridade na formação em Relações Internacionais conforme os dados da pesquisa?
Questão 06 - Em que medida a inserção de temas como ESG e sustentabilidade tem sido abordados nas ementas?

Fonte: Elaboração própria.

Quanto à terceira questão, tem-se que os projetos pedagógicos dos cursos de Relações Internacionais analisados revelam distintas concepções formativas, refletindo identidades

institucionais e diferentes graus de alinhamento com as demandas profissionais atuais. A USP adota um modelo teórico-reflexivo, voltado à produção acadêmica, mas com limitações práticas e tecnológicas. A UNESP busca equilíbrio entre teoria e prática, com forte contextualização regional latino-americana, favorecendo atuações em políticas públicas e cooperação regional. As instituições UFU e UFMG apresentam propostas mais estratégicas e aplicadas, valorizando competências voltadas ao mercado, o que fortalece a inserção profissional em contextos diversos e interdisciplinares. Essas diferenças expressam um hiato entre tradição acadêmica e inovação prática na formação dos internacionalistas.

Quanto à quarta questão, a análise dos cursos de Relações Internacionais das universidades revela que o letramento digital — essencial em contextos internacionais digitalizados — ainda é incorporado de forma desigual e incipiente nas estruturas curriculares. A UFM é a mais avançada na inclusão de conteúdos sobre tecnológica e diplomacia digital, enquanto a UFU apresenta inserções pontuais, com potencial de expansão. Entretanto, USP e UNESP demonstram baixa inserção de competências digitais, o que pode impactar a formação de profissionais aptos a atuar em ambientes tecnologicamente integrados. A ausência de abordagem sistemática do letramento digital indica a necessidade premente de revisão curricular, com vistas à formação de um perfil profissional alinhado às exigências de um mundo globalizado, interdependente e orientado por dados.

Quanto à quinta questão, a interdisciplinaridade é reconhecida como uma característica positiva e estruturante nos cursos analisados, permitindo integrar campos como ciência política, economia, direito e história. Contudo, a pesquisa aponta que essa integração nem sempre é acompanhada por uma atualização metodológica que dialogue com temas emergentes, como ESG, inteligência artificial e diplomacia digital. A interdisciplinaridade,

para ser efetiva, precisa ser também transversal e aplicada, indo além de justaposições teóricas para formar profissionais versáteis em ambientes complexos e multidimensionais.

Quanto à última questão, concluiu-se que a presença de temas ligados a sustentabilidade e ESG (Environmental, Social and Governance) é descrita como pontual e genérica. Frequentemente, aparecem diluídos em disciplinas de desenvolvimento ou direitos humanos, sem uma abordagem específica ou estratégica. Isso representa uma limitação importante, considerando que esses temas se tornaram centrais na agenda internacional de empresas, governos e organizações multilaterais. A ausência de disciplinas voltadas a ESG compromete a capacidade dos egressos de compreender e atuar nas novas estruturas normativas globais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da corrente de comércio exterior brasileiro em 2024 revela um *superávit* significativo, embora inferior ao recorde de 2023. A região Sudeste continua a ser um polo vital para o comércio exterior do país, com cada estado contribuindo de maneira distinta conforme suas vocações produtivas. A diversificação nas exportações e a crescente demanda por importações indicam uma economia em recuperação e maior integração com o comércio internacional.

A análise comparativa das ementas evidencia diferentes níveis de atualização curricular e aderência às demandas contemporâneas, como sustentabilidade, letramento digital e inovação tecnológica, o que reforça a necessidade de maior integração entre teoria e prática, bem como de ações institucionais voltadas à interdisciplinaridade, internacionalização do currículo e formação cidadã orientada por valores globais.

Por outro lado, formações mais tradicionais, adotadas pela USP e pela UNESP, apesar da excelência acadêmica, apresentam menor inserção de componentes práticos e tecnológicos. Ainda que abordem de forma robusta os aspectos políticos e teóricos da disciplina, a ausência de disciplinas voltadas à inovação digital, inteligência artificial aplicada a cenários internacionais, governança de dados globais ou tecnologias emergentes em diplomacia, representam uma lacuna frente às competências requeridas por um mercado que valoriza profissionais versáteis, tecnicamente atualizados e aptos a atuar em ambientes interdisciplinares.

Constata-se que a agenda de sustentabilidade e ESG, cada vez mais central em organismos multilaterais, corporações globais e instituições financeiras, aparece de forma pontual nas ementas analisadas, geralmente diluída em conteúdos genéricos sobre desenvolvimento e direitos humanos. Essa limitação pode comprometer a capacidade dos futuros profissionais de atuar com fluência nas novas estruturas normativas e operacionais que moldam a governança internacional contemporânea.

O mercado de trabalho atual demanda, portanto, um profissional de Relações Internacionais com habilidades além do domínio teórico — exigindo competências como comunicação intercultural, gestão de risco político, resolução de conflitos, capacidade analítica com base em dados e fluência em ambientes digitais colaborativos. Tais exigências apontam para a necessidade de uma revisão curricular mais integrada, transversal e conectada com práticas pedagógicas ativas, experiências internacionais e projetos interinstitucionais.

Embora os cursos analisados demonstrem consistência teórica e interdisciplinaridade, sua compatibilidade com as novas exigências do mercado de trabalho varia significativamente. Aqueles que incorporam de forma mais explícita metodologias ativas, experiências práticas e competências emergentes tendem a formar

profissionais qualificados para atuar de forma estratégica em um ambiente internacional em constante mutação.

A partir da análise das ementas, competências e temas curriculares, conclui-se que os cursos de Relações Internacionais no Brasil mantêm uma formação de base sólida, mas apresentam diferentes níveis de atualização em relação às demandas contemporâneas do mercado de trabalho. A integração entre teoria e prática, a inserção de tecnologias emergentes, a abordagem sobre ESG e a ênfase em metodologias ativas são diferenciais importantes para o futuro da profissão.

Recomenda-se que as instituições de ensino revejam seus projetos pedagógicos à luz dessas exigências, promovendo maior articulação entre competências técnicas, analíticas, socioambientais e interpessoais. A adoção de mecanismos de avaliação curricular contínua, com base em indicadores de empregabilidade e inserção internacional, pode contribuir para tornar os cursos mais dinâmicos, responsivos e alinhados ao cenário global.

O presente estudo apresentou a análise de grades curriculares da região Sudeste, exceto de uma, pois a grade curricular não estava disponibilizada. Como sugestões para estudos futuros, recomenda-se a ampliação da análise às outras regiões do Brasil, contextualizando com as características, diferenças regionais e aprofundando a discussão sobre tecnologias emergentes.

REFERÊNCIAS

AGUZZOLI, R. *et al*. “How does colonial history matter for expatriate adjustment? The case of Brazilians in Portugal”. **Journal of International Business Studies**, vol. 76, 2024.

BRINKMANN, S.; KVALE, S. **InterViews**: Learning the Craft of Qualitative Research Interviewing. London: SAGE Publications, 2015.

CALIGIURI, P. M. *et al*. "A theoretical framework for examining the relationship between family adjustment and expatriate adjustment to working in the host country". **Journal of Applied Psychology**, vol. 83, n. 4, 1998.

COSTA, L. V. "Sucesso na carreira". *In*: SIQUEIRA, M. M. M. (org.). **Novas medidas do comportamento organizacional**: ferramentas de diagnóstico e de gestão. Porto Alegre: Editora Artmed, 2014.

FURTADO, A. B. **Elementos de Didática de Relações Internacionais**. São Paulo: Editora eBook Kindle: 2019.

GEREFFI, G. *et al*. "The governance of global value chains". **Review of International Political Economy**, vol. 12, n. 1, 2005.

MAIA, M. M. **Formação em relações internacionais no Brasil**: panorama dos cursos de graduação e perfil dos egressos. Belo Horizonte: Editora PUCMG, 2020.

MEC - Ministério da Educação e Cultura. "Cursos de Relações Internacionais". **Portal MEC** [2025]. Disponível em: <www.portal.mec.gov.br>. Acesso em: 03/03/2026.

MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. "Balança comercial tem superávit de US$ 74,5 bilhões em 2024, segundo melhor resultado da série histórica". **Gov.br** [2025]. Disponível em: <www.gov.br>. Acesso em: 03/03/2026.

PINTO, A. *et al*. “Comparação da Lei de Zipf em conteúdos textuais e discursos orais”. **Profesional de la Información**, vol. 24, n. 2, 2015.

REUTERS. “Brazil’s trade surplus shrinks by nearly a quarter in 2024 on rising imports”. **Reuters** [2025]. Disponível em: <www.reuters.com>. Acesso em: 03/03/2025.

RIBEIRO, P. F.; KATO, M.; RAINER, G. “Mercado de Trabalho e Relações Internacionais no Brasil: um estudo exploratório”. **Meridiano**, vol. 47, 2013.

SELA - Sistema Econômico Latino-Americano e do Caribe. **AI and Diplomacy**: International Relations in the Era of Disruptive Technologies. La Paz: SELA, 2023. Disponível em: <www.sela.org>. Acesso em: 21/05/2026.

WHITSED, C. *et al*. “Disrupting internationalisation of the curriculum in Latin America”. **Higher Education**, vol. 88, n. 3, 2024.